

ATA Nº21

----- **Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 27 de dezembro de dois mil e vinte e quatro.** -----

----- Ao vigésimo sétimo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezanove horas, no Auditório do Centro de Educação e Recreio em Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelo(a)s senhor(a)s Maria Helena Marques dos Santos e Tony Richard de Oliveira Almeida, com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 27/09/2024;** -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

----- **C – Justificação de faltas;** -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

----- **F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1º SEMESTRE 2024 – PARA CONHECIMENTO;** -----

----- **PONTO TRÊS: PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO JÚRI DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA – APROVAÇÃO;** -----

----- **PONTO QUATRO: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – ANO 2024;** -----

----- **PONTO CINCO: DERRAMA – ANO 2024;** -----

----- **PONTO SEIS: IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES – IRS – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL – RENDIMENTOS DO ANO 2025;** -----

----- **PONTO SETE: TAXA MUNICIPAL SOBRE DIREITOS DE PASSAGEM – TMDP – ANO 2025;** -----

----- **PONTO OITO: ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – 2025;** -----

----- **PONTO NOVE: REGULAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VAGOS – APROVAÇÃO;** -----

----- **PONTO DEZ: LIGAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS À A17 – PISTA CICLÁVEL ZONA SUL – ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS – A17 – APROVAÇÃO DE INVESTIMENTO;** -----

----- **PONTO ONZE: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS – LISTA DE ADJUDICAÇÃO NO ANO 2024.** -----

----- **PONTO DOZE: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – APROVAÇÃO.** --

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Andreia Pereira Santos Marques, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, André Cruz, em substituição de Victor Fernando Santos Neto, Virgínia Pinho, em substituição de Liliana dos Santos Barreira, Hermes Fernandes, em substituição de Maria Pedro Almeida Neves Ferreira da Silva, Sérgio Domingos em substituição de Sérgio Manuel de Jesus Martins, eleitos na lista do PSD. -----

----- Óscar Lopes Francisco, Alexandre Ferreira Marques, Rogério Paulo Soares, e Rodrigo Capeloa, eleitos na lista do CDS. -----

----- Miguel Tarenta, em substituição de Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Pedro Ribeiro, em substituição de Bruno Marcelo Regalado Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

-----Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouça; Cláudio Curto, em representação de Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; João Paulo das Neves Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos e Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à sessão os senhores Deputados Victor Fernando Santos Neto, Liliana dos Santos Barreira, Sérgio Manuel de Jesus Martins, Maria Pedro Almeida Neves Ferreira da Silva, Diana Ferreira Julião, Bruno Marcelo Regalado Julião, Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Marisa Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, João Paulo Sousa Gonçalves, o senhor Vice-Presidente Pedro Miguel Carvalhais Bento e o(a)s senhore(a)s Vereadore(a)s Sara Caladé, Dulcínia Martins Sereno, Maria do Céu Marques, Susana Gravato e Ana Micaela Simões. -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 27 de setembro de 2024.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a ata, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na sessão. ---

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, e anteriormente não divulgada, no período compreendido entre trinta de Setembro a vinte e sete de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Entretanto, fez um agradecimento ao 1º secretário, Tony Richard, porque esta sessão, como se viu, foi muito movimentada em termos de substituições e houve, coincidentemente com a época festiva, como foi a do Natal, e quis dar esse voto de reconhecimento e de agradecimento ao Tony Richard, porque até na noite de Natal andou a fazer substituições e, portanto, todos devem de

estar solidários com o “sofrimento” que ele passou e, pelo menos, para o acalantar, fica aqui este voto de reconhecimento e dizer-lhe muito obrigado pela dedicação que tem demonstrado como secretário da Mesa da Assembleia. O senhor Presidente referiu, ainda, que há um assunto importante que ele quer informar à Assembleia, que, certamente, Vossas Excelências já ouviram algumas notícias relativamente a isso, que é referente à Desagregação de Freguesias. Como bem sabem, este foi um procedimento que se iniciou lá atrás, no ano de dois mil e vinte e dois, houve aqui a aprovação das propostas de desagregação na sessão de dezasseis de Dezembro de dois mil e vinte e dois. Depois, essas propostas aprovadas aqui, tinham sido anteriormente, cumprida a lei, discutidas quer em sede de Junta de Freguesia, quer em sede de Assembleia de Freguesia das respetivas Freguesias, bem como obteve o parecer favorável da Câmara Municipal e, portanto, como vocês bem sabem, fomos sempre no sentido de ir ao encontro dessa possibilidade de desagregação. Entretanto, foram aprovadas em sede de grupo de trabalho da Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, cento e vinte e quatro propostas, nas quais estavam as do Conselho de Vagos. Essa votação foi ratificada e foi aprovada em sede de Comissão e, portanto, agora está a desenrolar-se os procedimentos seguintes, que é os projetos de lei da criação das novas Freguesias e a informação que o senhor Presidente tem é que esses projetos de lei irão a votação em plenário da Assembleia da República no dia dezassete de janeiro e, portanto, será certamente nessa altura que ficará fechada esta situação da aprovação destas propostas. Depois seguir-se-á os trâmites normais, e depois de aprovada certamente que vai haver indicações de como proceder para o cumprimento formal do regime jurídico da criação e modificação e extensão de Freguesias, que tem a ver com a criação das comissões instaladoras e, portanto, preparar todo o ato de transição para estas novas Juntas de Freguesia. Esta reorganização administrativa já vai ter incidência nas próximas eleições autárquicas, que se realizam no próximo ano e o Concelho de Vagos passa de oito para onze Freguesias como tinha anteriormente. Esta foi a boa notícia que quis aqui deixar. No entanto, também referiu uma má notícia, ou seja, o senhor Presidente acabou de receber há pouco, há poucos minutos, uma notícia muito triste, perdeu-se um Ilustre Vaguense, um Amigo. O senhor Presidente teve o cuidado de confirmar se esta notícia era mesmo verdadeira ou não, porque ficou meio atónito quando a recebeu. Faleceu um Ilustre Vaguense, o Dr. Raul de Almeida, ex-Presidente da Câmara de Mira, e, por isso, propõe um voto de pesar e considera que esta Assembleia deve votar este voto de pesar, que será votado no período antes da ordem de trabalhos, que é esse local próprio para o efeito. Mas quis deixar aqui esta nota e reconhecer o trabalho que ele fez, a pessoa que era, um cidadão às direitas e uma pessoa de bons princípios e valores e que fatalmente nos abandona muito cedo. Uma palavra de alento para a família, para as pessoas de Mira, que era onde ele estava mais ligado ultimamente. A vida é assim, e nestes momentos festivos que deviam ser de alegria, de festa, a vida prega-nos este tipo de partidas. Depois, irá passar-se à votação desse voto de pesar. Há pouco tempo, também, se perdeu um outro ilustre vaguense, o Sr. Aquiles Capela, que era também uma figura conhecida e reconhecida desta terra, e deixou as condolências à família e amigos e também o seu pesar.-----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos membros que faltam à sessão de hoje. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- **Albano Gonçalves**: O senhor Deputado Albano Gonçalves usou da palavra e referiu três assuntos que já tem vindo aqui a falar. Uma delas é o Posto Médico em Covão do Lobo, se a Câmara tem conhecimento ou se há alguma previsão para a reabertura, se vai ter médico ou se não vai ter médico. A segunda refere-se à estrada na Rua Sá Carneiro, em Parada de Cima ,não sabe se a Câmara tem acompanhado com o empreiteiro aqueles abatimentos que já foram aqui falados também. Se o empreiteiro está na disposição de resolver aquele problema ou se irá manter assim por muito tempo. Por último, na estrada da Rines – Sanchequias existem, também, uns abatimentos junto às caixas e aquedutos. Já se tem vindo a sinalizar há algum tempo e gostaria que, para bem de todos, que fosse resolvido no imediato porque já lá bateram alguns carros, já partiram algumas jantes e é só para alertar mais uma vez para que isso não se volte a repetir. Há lá uma caixa que já tem um abatimento de quase vinte centímetros e se houver algum despiste é grave para todos. -----

----- **Sidónio Sansana**: O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que veio aqui hoje para tentar perceber o que é que está a ser feito, e o que é que pode ser feito, no sentido de salvar, no fundo, a Ria da Aveiro. Ainda se lembra da posição do Dr. Silvério Regalado, mas a CIRA somos nós e, com efeito, neste caso, quando se trata da Ria o Município, por si só, não tem capacidade para enfrentar a tarefa e só a CIRA pode assumir realmente o propósito de meter ordem na balbúrdia de competências sobre a Ria. Mas, tanto quanto se sabe, e o seu propósito é ser esclarecido melhor em relação a estas questões, a CIRA tem em mãos um projeto de desassoreamento já visado pelo Tribunal de Contas, mas travado pela própria CIRA à espera de financiamento. No Concelho de Vagos prevêem-se intervenções nos cais da Quinta do Ega, nas Folsas Novas e nas Folsas Velhas deixando de lado uma nova intervenção bastante necessária, por exemplo, a sul da Ponte da Vagueira, que ainda ficou pior do que estava antes da intervenção desastrada de vinte e três milhões de euros que foi feita alguns anos atrás, poucos anos. Realmente, causa estranheza que não haja a noção que o desassoreamento da Ria, que era promovida antigamente com a atividade agrícola e que hoje em dia, para que a Ria subsista, tem que haver necessidade de uma outra ação humana contínua que substitua a que cessou. -----

----- **Miguel Tarenta**: O senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e começou por agradecer o empenho da Mesa neste jogo de substituições que foi feito, ainda para mais numa altura de festividades e colocou duas questões. Na Rua Oliveira Pinto, na Vagueira, aquela última linha de comércio antes do mar há aqui dois problemas. O primeiro é a existência de ratazanas já de algum tamanho, quer nessa rua, quer no espaço circundante nomeadamente até às zonas dos

passadiços, o que provoca ali um problema de saúde pública. Além dos sustos que provoca na pessoa o avistamento daqueles tipos de animais. Se pensarem nas fezes e na urina que é largada por aqueles animais e se isso entrar em contato com o corpo das pessoas poderá trazer sérios problemas de saúde, o que certamente se querará evitar além de tudo o que mais poderá trazer. Também nessa mesma rua há um problema, e não se quer de certa forma branquear o comportamento errático dessas pessoas, é uma rua estreita, com estacionamento e não se pretende, claro, tirar o estacionamento, mas só que existem pessoas que excedem largamente os limites de velocidade nessa rua, o que é uma situação perigosa e que qualquer dia poderá trazer sérios problemas e provocar danos que não se querem aqui imaginar. O senhor Deputado sugere a colocação de lonas redutoras de velocidade juntas às passadeiras, embora de reduzida dimensão, para que os condutores possam de certa forma ser forçados a abrandar a velocidade. Relativamente ao outro ponto, saber se já há obras previstas no cemitério de Vagos. Em relação às obras na estrada de Lombomeão - Calvão, se já se encontra prevista alguma obra de melhoramentos nessa mesma estrada, assim como saber se já existe alguma obra de melhoramentos na estrada que liga a Estrada Nacional 109 ao Colégio de Calvão na rua Padre Batista, que causa sérios problemas de segurança, e de segurança rodoviária, nomeadamente aos alunos do Colégio que se deslocam de bicicleta. -----

----- **Hugo Santos:** O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que o ano está quase a acabar e, de facto, algumas das questões que aqui traz são recorrentes. A primeira é o pagamento às Juntas de Freguesia, estamos quase a concretizar mais um trimestre, os pagamentos não são com a celeridade que se gostaria, as Juntas de Freguesia executam e tem muitas vezes que mobilizar o seu parco orçamento para pagar a despesa corrente de um acordo que foi feito com o Município. Portanto, já que se está numa de entregar votos para o próximo ano, que o próximo ano seja mais célere em relação a esses pagamentos. Uma das questões já foi aqui colocada, isto é, o Posto médico de Covão do Lobo, qual é o ponto de situação. Questionou, também, em relação aos próximos alcatroamentos, qual é que é o ponto de situação, se temos já um caderno de encargos concluído ou concretizado para saber qual é que será o futuro do próximo ano em termos de alcatroamentos. -----

----- **José Martins:** O senhor Deputado José Martins usou da palavra e começou por alertar para uma pequena questão. A vila de Vagos continua sem ter estacionamento suficiente para aquilo que são os comércios e as vendas que estão a ser feitas e as necessidades permanentes. Já se anda a falar nisto há algum tempo e a consequência de não haver essa possibilidade de estacionar é que faz com que cada vez mais espaços comerciais da vila fechem. É uma questão que eu acho que é muito importante, uma vila sem comércio é uma vila deserta. O Centro de Vagos precisa, e o senhor Deputado não tem a solução, precisa de alguma melhoria no que diz respeito a estacionamento. Por outro lado, fica contente que esta Assembleia tenha tanta preocupação com os animais. Na última Assembleia, por acaso foi o senhor Deputado José Martins, falou-se aqui de Cegonhas, hoje o ilustre Deputado do PS fala de ratos. Portanto, isto é sinal que há preocupação com os animais, e por sinal não temos aqui nenhum Deputado ou nenhum eleito pelo PAN. Por

outro lado, é com tristeza que tomou conhecimento da morte do “*nosso conhecido Zezé, porque para nós ele continua a ser o Zezé*”. Considera que é uma perda para todos, para a família, mas também para a sociedade, porque ele sempre foi um elemento que se dedicou à causa pública. Portanto, considera que é mesmo um momento triste da nossa terra. -----

----- **Nuno Moura:** o senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra para deixar três mensagens essenciais. A primeira para dizer que o Grupo Municipal do PSD, obviamente, se une aos votos de pesar que o Senhor Presidente da Assembleia aqui propôs, tanto do Raul Almeida como do Sr. Aquiles Capela. E, portanto, o nosso voto de pesar também para a família, os amigos e essencialmente para toda a sociedade que obviamente vão sentir a falta deles. Uma segunda mensagem tem a ver com a Desagregação das Freguesias. Finalmente, vê-se que o trabalho, aquele que se fez aqui na Assembleia Municipal e aquele que o PSD fez por sua conta, teve os seus resultados. E já agora agradecer à comitiva que se deslocou de Vagos até à Assembleia da República, e esteve reunida com os Deputados do PSD, e pôde dessa forma inteirar-se perfeitamente de todo o andamento do processo e da forma como seria mais fácil para que as respetivas Freguesias se desagregassem. A última mensagem, porque este é um momento oportuno, era dizer que desejamos que todos tenham tido um ótimo Natal e aproveite desde já para desejar a todos um feliz ano de 2025. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas. Relativamente ao senhor Deputado, e Presidente Junta, Albano Gonçalves, que fez a questão sobre o Posto Médico do Covão do Lobo, o senhor Presidente informou que teve uma reunião com a Presidente da ULS da Região de Aveiro, a Dr.^a Margarida França, com o Dr. Alcino e a Dr.^a Rosa, em esteve também presente o Dr. Laerte Pinto da Câmara Municipal, para abordar a situação dos Postos de Saúde. A reunião realizou-se no dia nove de dezembro, com o objetivo de ver o ponto de situação, o que é que estaria a decorrer e como é óbvio, também para pressionar. O que se quer é que os Postos de Saúde comecem a funcionar o mais rápido possível. Relativamente ao do Covão do Lobo as obras estão concluídas, mas havia o problema dos equipamentos, e foi isso que se referiu nessa reunião, que têm que ter equipamentos afetados e necessários para a abertura do polo. Este processo está a ser acompanhado pelo Dr. Alcino, ele transmitiu diretamente ao senhor Presidente, e com a Dra. Adriana, e ficou acordado, nessa reunião, uma visita ao local com a Dra. Rosa, para operacionalizar todo o processo. Essa visita ainda não foi possível por motivos de agendamento, vai ser agora efetuada no início do ano, o mais rapidamente possível. A ideia, e pela informação que há, é que se irá conseguir abrir o polo do Covão do Lobo. Em relação à Rua Sá Carneiro, é uma empreitada da Câmara Municipal e da ADRA, e como é uma obra em conjunto, foi feita a reclamação à ADRA. Realmente, está a ter um abatimento grande, e, por isso, foi feita a reclamação, e está a ser feito tudo para que a ADRA corrija, juntamente com o empreiteiro. Relativamente à estrada Rines - Sanchequias, de facto, há lá uma tampa que está a criar um problema, e tem de se ver o mais rapidamente possível, porque já tem tempo de mais, já passou tempo de mais sobre essa situação. É uma tampa de saneamento que está um bocado em

esquina, e pode provocar realmente ali alguns problemas. Relativamente ao senhor Deputado Sidónio Sansana, sim, existiram várias obras de desassoreamento na ria. Estas obras foram efetuadas sempre com projetos da APA, Agência Portuguesa do Ambiente. Houve os estudos, mas estas coisas do desassoreamento são coisas muito dinâmicas, muitas vezes funcionam bem, outras vezes é mais difícil, agora o que acontece é que foi constituída a Nova Polis, e será agora esta entidade, em conjunto com a APA, a concluir e a fazer esse novo investimento. Portanto, estes casos são uma situação não da CIRA, mas sim da Polis, uma obra que também está ligada à CIRA. A esperança da Câmara Municipal é que as futuras obras, realmente, resolvam o problema, por isso foi criada a Nova Polis. O senhor Presidente pensa que com o trabalho que irá ser feito, com certeza que irá corrigir alguns erros que existiram no passado. Relativamente à intervenção do senhor Deputado Miguel Tarenta, a Rua Oliveira Pinto e a existência de ratazanas, quando há estas reclamações a Câmara Municipal comunica-as ao Delegado de Saúde, para ver o que é possível fazer, a Câmara Municipal, a partir daí, apesar de não ter essa competência, ajuda se for possível e necessário. Entretanto, agradeceu o contributo, porque realmente já tinha havido alguma informação sobre isto, mas já há algum tempo e pensou-se que não existia mais esse problema. Relativamente à sugestão de colocação de lombas redutoras, a Câmara Municipal está a instalar lombas redutoras de velocidade em algumas situações, mas também não se podem colocar em todo o sítio. O que se tem feito é ver aquelas situações que são prioritárias, junto às escolas, por exemplo, o Colégio de Calvão já tem redutoras, e vai-se fazendo esse trabalho, ou seja, das mais prioritárias para as menos prioritárias e, obviamente, as que fazem sentido. A Autarquia vai analisar a situação que o senhor Deputado apresentou e se achar que realmente faz sentido colocar-se-ão as lombas redutoras nessa rua. No que respeita às obras previstas no Cemitério de Vagos, no Orçamento para 2025 está alocada uma verba para essas obras. Relativamente à Rua Padre Vicente Maria da Rocha, é uma estrada que vai ser feita em conjunto com a ADRA. Está a falar-se de um investimento de cerca de 1.400.000€, em que são 600.000€ da parte da Câmara Municipal e cerca de 800.000€ da parte da ADRA. Está a decorrer o procedimento e em janeiro irá lançar-se o concurso para depois se fazer a adjudicação desta obra para começar o concurso o mais rápido possível. O objetivo é começar a obra o mais rápido possível, que irá desde o centro da vila, da igreja, até ao final de Lombomeão, até onde existe saneamento. Relativamente ao Colégio de Calvão, a via que vai da EN109 ao Colégio de Calvão, é uma obra que pode ficar pronta agora, o senhor Presidente de Junta mencionou este alcatroamento, e está-se agora a trabalhar nesse sentido. Em janeiro, no início, pensa-se ter o caderno de encargos pronto. O levantamento foi feito, falou-se com o senhor Presidente de Junta, e agora está-se a selecionar as vias. Entretanto, falar-se-á novamente com o Sr. Presidente de Junta para finalizar e para fechar os alcatroamentos, e esta via é uma das que pode entrar. Relativamente aos pagamentos em atraso, questão abordada pelo senhor Deputado Hugo Santos, pagamentos à Junta de Freguesia, o senhor Presidente contava, e para ser sincero, ainda tem alguma esperança de até ao final do ano conseguir efetuar a transferência, mas não quer comprometer-se. No entanto, garantidamente na segunda semana de janeiro a transferência será

feita, mas ainda pode ser que se consiga até ao final do ano. Há uma gestão aqui de tesouraria, estão a ser feitos recebimentos e pagamentos. Relativamente aos alcatroamentos 2025, brevemente, a Câmara vai reunir com as Juntas de Freguesia para acertar a parte final, portanto já tendo todas as medições, os valores, que é para se fechar este procedimento. Relativamente ao Deputado José Martins, a questão do estacionamento no centro da vila, o objetivo da Autarquia é utilizar um terreno que a Câmara está a tratar da permuta. É um terreno e uma casa que fica por trás da GNR, a Câmara Municipal tem ali uma parte, tem um espaço público, e a outra parte é utilizar aquela área para fazer ali um estacionamento central. Realmente dava uma vida ali a todo o comércio. É esse o objetivo, se todos estiverem de acordo, será uma boa medida e já se pode fazer esse estacionamento. E aí ajudará essa parte, porque fica junto à Estrada Nacional, ou seja, faz aquela parte junto à Praça da República, nas traseiras, e as pessoas também facilmente terão acesso ali ao comércio que existe naquele local, um ponto estratégico. Relativamente ao Deputado Nuno Moura, que falou da Desagregação de Freguesias, está a decorrer com normalmente, e penso que ficará concluída antes das próximas eleições. Foi a vontade desta Assembleia e é isso que está a acontecer. Para terminar o senhor Presidente referiu que o Executivo Municipal gostaria também de se associar ao voto de pesar pelo falecimento do Dr. Raul de Almeida.-----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o **Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Raul de Almeida** tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros, mas mostrou-se disponível para prestar os esclarecimentos necessários. -----

----- **Miguel Tarenta:** O senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e referiu que quanto à informação do Presidente, no ponto três, ou seja, na informação de desporto e juventude, existem dados, quanto à renovação de inscrições, que de facto salienta-se isto, já tinha a Assembleia Municipal insistido junto do Executivo para que fossem incluídos este tipo de dados e não apenas o número de inscrições. A falta é quanto aos mais dados, pois seria uma medida a estender também às demais atividades para saber até se os seus programas, se as medidas merecem continuidade, merecem ser alteradas ou até mesmo extintas ou trocadas por outras. Quanto ao Vagos + Jovem, na página oito, qual a periodicidade dos episódios do podcast? Perguntou. No ponto seis, na informação do Núcleo de Desenvolvimento Económico, no Serviço de Apoio da Agrícola, se há algum motivo para que tenham existido apenas dois atendimentos durante o ano. Depois, na informação da Modernização Administrativa e Atendimento ao Cidadão, perguntou a que período temporal se referem aos dados que estão a ser encontrados e elencados. Depois, na Informação,

Energia e Manutenção de Infraestruturas, relativamente aos carregamentos de veículos elétricos, gostava de saber se a Câmara tem acesso ao número de veículos elétricos que são carregados no Concelho e se moram bem perto desses pós-carregamentos e os utilizam, ou seja, até de pessoas que estejam em trânsito pelo Concelho e que utilizem Vagos para carregar os seus veículos. Quanto à Informação Social, os contratos de arrendamento que lá se encontram mencionados, que terminam a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro, foram renovados ou terão o seu término nesse mesmo dia? O apartamento devoluto no Bairro do Dr. Pedro Guimarães, será alvo de algum tipo de obra? Questionou. Concluindo, na Informação da Educação, à semelhança do início, salientou a especulação, isto aqui no sentido positivo, feita sobre a flutuação dos números dos estudantes nas escolas do Concelho de Vagos, em que se falta encontrar o motivo para essa mesma flutuação. -----

----- **Sidónio Sansana:** O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e da informação escrita, ressaltou, em resumo, que se está com um nível de execução de receitas e despesas de capital muito baixas, o que tem sido habitual e que também estará associado ao facto de apenas estarem em curso as obras do Palacete e de pavimentação de estradas. Todas as restantes intervenções que a espaços são afloradas aqui acabam sempre adiadas para o ano seguinte, isto ano após ano. Estranhamente, ou talvez as coisas estejam associadas, o valor global da dívida que na sessão anterior da Assembleia Municipal parecia estar num ritmo de descida, vê-se agora que aquele valor não passou de um fogacho e que vamos acabar o ano com a dívida acima dos treze milhões de euros. Isto tem que ser visto com alguma preocupação numa altura em que se vai começar a discutir um aumento significativo da dívida para os anos mais próximos. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. Respondendo ao senhor Deputado Miguel Tarenta, relativamente à situação de dados, pode avaliar-se e colocar mais dados, não haverá problema nenhum nisso, fica registado o contributo. Em relação à periodicidade dos podcasts, é uma vez por mês. Relativamente ao serviço de apoio agrícola, realmente houve uma diminuição, mas houve uma diminuição da procura destes serviços técnicos. O Município faz este apoio, mas realmente é verdade, houve uma diminuição da procura técnica, pelo serviço técnico. Iremos tentar saber o que é que se passou, mas provavelmente as pessoas também começam a ter mais informação, se calhar, noutros lados, na internet, e precisam de menos apoio. O apoio está disponível, e é importante, porque apesar de ter diminuído, ele existe, mas o senhor Presidente procurará saber, também, se houve alguma razão especial por isso. Relativamente ao período temporal a que se deve à informação será o período da informação da Assembleia Municipal, que é de três de setembro a seis de dezembro. Em relação aos veículos elétricos, a Câmara Municipal controla os consumos, para poder fazer uma média facilmente de qual é o espaço percorrido por aqueles carregamentos e pelo valor que é, relativamente em km. Se é possível ter acesso aos veículos que carregam, ou seja, ao número de veículos? Sim, conseguirá saber-se, basta perguntar à empresa que está a operar o posto e conseguimos ter esses dados. Saber depois se são de fora ou não, aí já é mais difícil. Relativamente à flutuação do número de estudantes, o senhor Presidente costuma

dizer que é um bom problema que Vagos tem. É sinal também que as famílias que se instalam, que têm condições para ficar, estabelecem-se e os filhos ficam. É um indicador positivo para o Concelho, ter este aumento de crianças. Relativamente ao Sr. Deputado Sidónio Sansana, a execução está em linha com o que se teve em anos anteriores, inclusive esta execução irá ultrapassar esse valor. Assim como a dívida, esta informação também tem aqui uma decalagem no tempo. O Município irá diminuir a dívida, assim como a dívida a fornecedores, e isso será constatado depois na apresentação de contas. Mas, com os pagamentos que estão a ser feitos atualmente, trabalho que vai ser feito até ao dia trinta e um de dezembro, o Município irá diminuir a dívida. Mas, cá estaremos para aferir na prestação de contas dessa situação. Relativamente às obras, as obras que estão a decorrer são aquelas obras, basta ver quantas obras estão à vista. Claro que há obras que estão no orçamento que têm que estar, tem a ver com as rubricas que têm que estar abertas, em que se pode executar caso haja fundos europeus, mas elas têm que lá estar, senão aparecia um aviso e a Câmara não podia candidatar essas obras. Portanto, esta é uma das razões porque estão lá essas obras também. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1º SEMESTRE 2024 – PARA CONHECIMENTO;** -----

----- Sobre o assunto se refere o Relatório do Auditor Externo sobre a situação Económica e Financeira do Município de Vagos, respeitante ao Primeiro Semestre de 2024. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** o senhor Presidenta da Câmara esclareceu que há aqui uma situação que já foi também abordada nesta Assembleia, que é relativamente aos ativos afetos aos contratos de concessão e distribuição de energia elétrica de baixa tensão. A Câmara Municipal vai trabalhar a partir de janeiro com a E-REDES para apurar realmente o valor dos ativos, ou seja, há esta informação, mas ela não está completa. E ainda que não foi possível termos essa informação, mas a partir de janeiro iremos trabalhar juntamente com a E-REDES para conseguir ter os dados mais precisos sobre este ponto. Depois, como são dados a meio do ano, os valores valem o que valem, se cada um fizer a análise, relativamente ao aumento do património líquido no valor de seiscentos e trinta e oito mil euros, tem a ver com as transferências de capital recebido, que depois dariam um resultado líquido de menos de cento e um mil euros, o que seria bom ter resultados dessa ordem. Há, também, a redução da dívida corrente em um milhão quinhentos e cinquenta mil euros, também essencialmente, respeitante a fornecedores. Depois, a dívida voltou a subir, mas irá voltar a descer assim que concluir o ano. -----

----- **Miguel Tarenta:** o senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e quanto a este assunto, e uma vez que até é discutido na Assembleia Municipal, em que se discute o Orçamento Municipal para o próximo ano, demonstrou que ficou, de certa forma, preocupado e perturbado, com alguns pontos. Quanto à receita, e está a falar aqui da execução das transferências de capital e dos passivos financeiros, embora aqui na receita depois também se reconhece a evolução positiva da receita cobrada, mas a execução dos passos financeiros é que isto tem aqui uma redução já

considerável. Depois, na execução orçamental da despesa, também a aquisição de bens e serviços, transferências correntes, a aquisição de bens de capital e transferência de bens de capital. Depois, quanto a toda esta execução, a execução será colocada perto dos 100%, ou o objetivo é ficar longe da execução que se encontra prevista? Questionou. -----

----- **Sidónio Sansana:** o senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que este resultado líquido negativo que aparecia aqui, de cem mil euros, apenas cem mil euros a meio do ano, até levantava esperanças de que, eventualmente, ainda neste exercício se chegasse, finalmente, após muitos anos, há um resultado positivo, mas o próprio auditor externo desmonta o cenário no relatório. Entre muitas dúvidas sobre os valores apresentados, destacou, realmente, a ausência de contabilização de amortizações e depreciações na demonstração dos resultados do semestre e a pouca clareza associada ao acréscimo de seiscentos e tal mil euros na rubrica outras variações património líquido do balanço. É o relator que o afirma, note-se. Portanto, isto tem realmente um carácter muito vago sobre o que é a real situação financeira do Município. A referência feita pelo auditor ao baixo nível de liquidez do Município, ou, aqui acrescentam senhor Deputado, o valor suportado com os juros consistente com a previsão de quatrocentos mil euros ao ano que o senhor Deputado antecipou aqui em dois mil e vinte e dois no deferimento de seis meses na concretização do valor. É certo que em dois mil e vinte e cinco já se vai assistir a uma diminuição das taxas de juros. Vamos lá a ver se um eventual aumento da dívida municipal se não contrabalança largamente este alívio. -----

----- **Juan Carlos Martins:** o senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e referiu que não vai fazer análise deste documento, porque este documento hoje, a vinte e sete de dezembro, não faz sentido nenhum. É um documento de um revisor a trinta de junho. Louvou o exercício do colega Miguel Tarenta quando há uma informação do Presidente com dados muito mais atualizados, estar aqui a analisar um documento de trinta de junho não faz sentido. Aliás, é para conhecimento, não é para votação, a análise é feita e bem feita daquilo que está. É importante ter atenção àquilo que o relator diz, mas volta a dizer, a vinte e sete de dezembro, considera que não faz sentido nenhum estar a discutir este documento. Neste sentido, deixa um pedido ao Executivo, isto é, que para o ano se tenha acesso a este documento mais cedo. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** o senhor Presidente da Assembleia Municipal, pegando nas palavras do senhor Deputado Juan Carlos Martins, esclareceu uma coisa, que poderia passar, ou seja, a data do relatório assinado pelo relator tem data de vinte e oito de Novembro, só refere este facto, para não ficar aqui a ideia de que foi a Câmara que protelou este tempo todo e que só trouxe o documento a esta Assembleia porque o teve na gaveta desde junho, só para esclarecer este tema. Certamente que se deduz das palavras do senhor Deputado Juan Martins, que faça sentido é que a Câmara pressione o relator para antecipar a emissão do relatório. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** o senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e esclareceu que o que se quer é que a informação seja a maior possível, isto não há dúvida. E também respondendo ao senhor Deputado Sidónio Sansana, o relatório, não tem o

detalhe do relatório anual. E há trabalhos que realmente só são feitos no fim do exercício. Portanto, estar aqui a falar sobre este relatório é uma coisa que já nem tem significado neste momento. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO TRÊS: PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO JÚRI DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA – APROVAÇÃO;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 07/11/2024, que propõe à Assembleia Municipal a designação dos júris de recrutamento dos cargos de direção intermédia, nos termos da proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 14/10/2024. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** o senhor Presidente da Câmara Municipal pediu autorização à Mesa para ser o senhor Vice-Presidente a fazer a apresentação deste ponto, por se tratar de um assunto da área dos Recursos Humanos. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal:** o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com seis abstenções, do grupo municipal do CDS, aprovar a designação dos júris de recrutamento dos cargos de direção intermédia, nos termos da citada proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO QUATRO: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – ANO 2024;** -----

----- Sobre o assunto se refere a proposta da Câmara Municipal, de 29/11/2024, que deliberou propor à Assembleia Municipal fixar em 0,3% a taxa a aplicar aos prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, com incidência no ano de 2024 e cujo pagamento decorre em 2025, bem como aprovar as seguintes deduções fixas: Agregado familiar com 1 dependente a cargo – 30 €; Agregado familiar com 2 dependentes a cargo – 70 €; Agregado familiar com 3 ou mais dependentes a cargo – 140 €. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, fixar em 0,3% a taxa a aplicar aos prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis,

com incidência no ano de 2024 e cujo pagamento decorre em 2025, bem como aprovar as seguintes deduções fixas: Agregado familiar com 1 dependente a cargo – 30 €; agregado familiar com 2 dependentes a cargo – 70 €; agregado familiar com 3 ou mais dependentes a cargo – 140 €.

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos. -----

-----**PONTO CINCO: DERRAMA – ANO 2024;** -----

-----Sobre o assunto se refere a proposta da Câmara Municipal, de 29/11/2024, que deliberou propor à Assembleia Municipal a aprovação do lançamento de uma derrama, com incidência no ano de 2024, com as seguintes taxas: a) Taxa normal de 1,50%; b) Taxa reduzida de 0,1%. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar o lançamento de uma derrama, com incidência no ano de 2024, com as seguintes taxas: a) Taxa normal de 1,50%; b) Taxa reduzida de 0,1%. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seis da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO SEIS: IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES – IRS – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL – RENDIMENTOS DO ANO 2025;** -----

----- Sobre o assunto se refere a proposta da Câmara Municipal, de 29/11/2024, que deliberou propor à Assembleia Municipal que fixe a participação do Município de Vagos em 2,50% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Vagos. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com duas abstenções, do grupo municipal do PS, fixar a participação do Município de Vagos em 2,50% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Vagos. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto sete da ordem de trabalhos. -----

-----**PONTO SETE: TAXA MUNICIPAL SOBRE DIREITOS DE PASSAGEM – TMDP – ANO 2025;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de 29/11/2024, que deliberou propor à Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aplicação do percentual de 0,25% relativo à TMDP a vigorar no ano 2025. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a aplicação do percentual de 0,25% relativo à TMDP a vigorar no ano 2025. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto oito da ordem de trabalhos. -----

-----**PONTO OITO: ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – 2025;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por deliberação de 29/11/2024, propõe à Assembleia Municipal a aprovação do Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal para 2025, que inclui o Mapa de Pessoal. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente informou a Assembleia Municipal que sobre este ponto, como tem sido tradição e norma, realizou-se a reunião preparatória com os líderes dos grupos municipais na Câmara Municipal, e agradeceu a disponibilidade quer do senhor Presidente da Câmara e da senhora Vereadora Sara Caladé que estiveram presentes na reunião, assim como o Dr. Nuno André. O objetivo desta reunião é esclarecer, atendendo a que é um documento complexo, todos os assuntos que sejam de cariz mais técnico para as pessoas estarem esclarecidas e hoje votar em consciência e a saber o que é que estão a votar e, portanto, fez-se essa reunião na segunda-feira passada. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- **Hugo Santos:** O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que houve a possibilidade de, mais uma vez, construir o orçamento com o Executivo Municipal, nomeadamente naquilo que são as pretensões da Junta de Freguesia, e valorizar aquilo que foram os pontos em comum que se conseguiu criar. O que se espera é que, de facto, depois sejam executados, porque negociar sem executar, também pouco ou nada acrescenta. Pelo menos em alguns pontos conseguiu-se, praticamente, triplicar o valor que estava inicialmente orçamentado no ano passado, portanto, neste ano em curso, espera-se que progrida. O senhor Presidente falou, e muito bem, de dois pontos que vão entroncar naquilo que o senhor Deputado ia falar. Um é, precisamente, a

questão da Rota dos Moinhos. Sabe-se que não há no orçamento para aquilo que é essencial para a dinamização turística da Rota dos Moinhos, mas como é de conhecimento, há um problema com a roda da Azenha do Parque da Fonte de Ouca, e, por isso, não pode deixar de manifestar, mais uma vez, essa necessidade de colaborar na reconstrução dessa rota. Se o objetivo é promover o território e promover a Rota dos Moinhos, é que a Azenha funcione, porque é o marco do Parque da Fonte. E depois também falar naquilo que são as qualificações dos Postos de Saúde. De facto, aqueles que estão inseridos no orçamento são aqueles que foram possíveis a nível do PRR, nomeadamente o Posto de Soza e da Ponte de Vagos, mas não pode, também, deixar de referir aqui aquilo que são as necessidades que o Posto de Saúde de Ouca tem, e que, não encontrando uma descrição direta naquilo que é o orçamento municipal para o próximo ano, quer saber se vão esquecer a necessidade de qualificar esse espaço para poder dar resposta a uma das necessidades da população. Falou-se aqui do Covão do Lobo, da Gafanha da Boa Hora, e, portanto, Ouca também terá a necessidade de requalificar o seu espaço para esse fim.-----

----- **Sidónio Sansana:** O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que este orçamento segue a lógica de anos anteriores, e por isso, até para não ser muito repetitivo, a questão tem que ser tratada um bocado em jeito de balanço, porque se trata do último orçamento deste presente mandato. Como costume, há projetos que transitam sistematicamente de ano para ano, e que, neste caso, até já transitam para um próximo mandato. A verdade é que o documento, sendo designado por orçamento, também não lhe ficava mal o nome de declaração de intenções. Porque nunca se sabe muito bem o que é que daqui vai ser efetivamente executado. A falta de capacidade para domesticar a dívida adotada condiciona a capacidade de decisão e faz com que a política municipal muitas vezes se limite a aproveitar os financiamentos que vão sendo conseguidos, seja para obras, seja até para eventos. E logo agora, a dívida, pelo menos com os dados que se tem, neste momento, até nem dá sinais de baixar, vai-se elevar os patamares da mesma lá mais para cima, porque nem PS nem PSD se manifestaram interessados até ver, ou pelo menos os respetivos governos, que é disso que está a falar, em financiar o projeto estruturante mais necessário para o Concelho, que é a ligação da ZIV à A17. Estes financiamentos que se aproveitam, muitas vezes, aparecem para financiar as utopias de Bruxelas e não propriamente para financiar a real necessidade do Concelho, e no caso deste projeto em concreto que é vital para o Concelho, é preciso que se note que há 4,5 milhões de euros que ainda não se sabe de onde é que vão aparecer. E mesmo assim, coisa caricata, pelo menos para o senhor Deputado, conseguiu-se ter algum financiamento, porque vai ser construída uma ciclovia que vai começar numa autoestrada como se de lá saíssem muitas bicicletas. -----

----- **Miguel Tarenta:** O senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e referiu que relativamente ao orçamento municipal, quanto ao documento que foi fornecido, quis deixar aqui uma sugestão a quem quer que venha assumir o Executivo Municipal. Não vai direcionar a ninguém em específico, como já aqui foi feito nesta sessão da Assembleia Municipal, embora de maneira sublime. Porque, assim, não existe aqui qualquer menção sobre os contributos ou não contributos por parte dos partidos para a elaboração do orçamento. Não se sabe, através de leitura

deste documento, se houve ou não contributos, que contributos é que foram aceites, rejeitados, ou em que medida é que foram aceites. Entretanto, passando aqui à página sessenta e sete do documento, existem trezentos e sessenta e seis postos de trabalho ocupados e faltam ainda cento e oitenta e quatro. Este acréscimo deve-se a quê? À transferência de competências, às necessidades que a Câmara, entretanto, descobriu, e como é que vai ser feito este preenchimento de lugares? Questionou. Até porque implica necessariamente com a execução orçamental. E se há falta de funcionários, certamente que terá que ser para breve. Entretanto, passando agora para a parte do Plano Plurianual de Investimentos, é feita aqui uma referência às obras no Palacete Visconde de Valdemouro. E isto, além do Plano Plurianual de Investimentos, é feita uma interpretação extensiva, porque parece que a própria execução orçamental também é feita plurianualmente e a própria execução das obras, porque esta obra já seria para estar concluída. Na sessão do ano passado, onde foi discutido o Orçamento Municipal, a quinze de dezembro, estaria pronta até a janeiro do próximo ano, mas a obra estará executada em cerca de 60%. Portanto, até quando é que continuaremos a ver esta obra no Orçamento Municipal? E se as verbas que se encontram previstas, que se encontram alocadas a esta obra, serão efetivamente necessárias? Ou será que haverá um reforço da mesma verba? E já que se fala aqui também nas transferências de competências neste documento, há uma transferência de competências que não podia deixar de mencionar, porque ainda não se realizou, não se sabe bem porquê, até porque implicará necessariamente a realização de despesa, que é referência à transferência de competências da Estrada Nacional 109. A única referência que há aqui em relação à EN 109 é na rubrica desperdícios, resíduos e refugos. Eu espero sinceramente que essa transferência de competências não tenha sido acomodada nessa mesma rubrica. -----

----- **Hugo Jorge:** O senhor Deputado Hugo Jorge usou da palavra e referiu que ao olhar para os planos de atividades da Câmara e orçamentos, tem sempre que recordar duas questões importantes. Vagos é um Concelho muito grande, muito extenso, mas ao mesmo tempo com pouca população para o tamanho que tem. Quem dera ter o dobro ou o triplo da população, porque isso significaria muito mais receitas e uma muito maior capacidade de intervir no território. Isto condiciona, desde logo, e condiciona desde há décadas. O Concelho de Ílhavo está agora a fazer saneamento na Gafanha da Encarnação. Vagos tem, ainda, muitos sítios para fazer esse saneamento, e há que ter esta noção. Vagos é um Concelho grande, muito maior do que os Concelhos vizinhos, além de uma extensão, de facto, com uma população muito dispersa e o senhor Deputado fica contente que haja preocupação com duas coisas que considera muito importantes. A questão dos apoios sociais, de facto, tem de se cuidar de quem tem necessidade e de quem precisa, e ao mesmo tempo o investimento na educação, porque, de facto, é o investimento no futuro, esperando que daqui a algumas décadas as coisas estejam melhores. Das palavras do Senhor Presidente, houve uma coisa que o preocupou e que gostava de ver esclarecida, que tem a ver com o dinheiro gasto, de facto, na recolha e no tratamento dos lixos, perguntando se aquele número poderia ser mais baixo se houvesse, por parte dos cidadãos Vaguenses, uma maior consciência do tratamento a fazer aos seus lixos, os degradáveis, das

casas e dos verdes. E também aquilo que muitos já fazem há mais tempo, que é os lixos habitualmente recicláveis nos ecopontos. Desta forma, até que ponto é que esse número podia ser mais baixo? De facto, se puder ser, com a intervenção dos cidadãos, já certamente tem que se investir aí. Há uns meses atrás o senhor Deputado vinha para uma sessão da Assembleia Municipal e cruzou-se com a senhora Vereadora e lembrou-se da sua indignação junto aos contentores. Aqui atrás, onde agora estão aqueles carroceiros, estavam cartões nos ecopontos, não nos contentores, e, de facto, parte da consciência cívica. Há muito que se pode dizer, mas, por vezes, pouco podemos fazer. No entanto, o pouco que se possa fazer, já é bom e, por isso, considera importante investir mais nisso. Sem dúvida é importante baixar esse valor, que é, de facto, elevadíssimo, dois milhões de euros só nessa área. -----

----- **Nuno Moura:** O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e, em primeiro lugar, começou por dizer que compreende a intervenção do senhor Presidente da Assembleia, a falar na reunião que houve para esclarecimentos sobre o orçamento, mas pensa que se impõe também que se diga que apenas estiveram presentes os grupos municipais do PSD e do Chega. Portanto, nessa reunião não esteve presente nem o grupo municipal do CDS, nem o grupo municipal do Partido Socialista. E, se calhar, por isso, algumas das questões que o Partido Socialista aqui veio levantar. E começou já por aí, ou seja, é curioso que se venha aqui ao fim de oito meses dizer que não se compreende como é que a transferência de competências da Estrada Nacional 109 ainda não passou para a Câmara Municipal, quando o Partido Socialista teve no Governo oito anos, pelo menos quase 2 anos para fazer essa transferência de competências, e não a efetivou. É no mínimo curioso, mas compreende-se bem a insistência do Partido Socialista em que estas Assembleias Municipais fossem transmitidas online. Mas considera que isto não alterará muito o número da votação que este Partido Socialista tem. Relativamente ao orçamento em si quis, em primeiro lugar, dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara pela forma como fez aqui a apresentação. Porque, à semelhança do que já vinha acontecendo, há o hábito de assumir aquilo que, em princípio, se sabe que vai ser feito e aquilo que, em princípio, se sabe que se quer muito que seja feito. Porque, efetivamente, o Município, como dizia o senhor Deputado Hugo Jorge, está dependente do orçamento que tem e, portanto, não se pode ir além dos valores que estão disponíveis. E depois não se compreendem algumas críticas. Por um lado, critica-se que se aumenta a dívida e, por outro lado, critica-se que não há obra. Mas há uma coisa que o senhor Deputado sabe, se não houver financiamento e se fizer mais obra a dívida tem que aumentar. Porque, se não há fundos disponíveis, alguma coisa tem que acontecer. E, portanto, devem todos ser um bocadinho mais sérios nas intervenções que se fazem, para que as pessoas depois possam compreender o sacrifício que é feito na gestão de um Município. Por outro lado, o senhor Deputado ficou muito satisfeito com a intervenção do CDS e o facto de ter reconhecido que, efetivamente, este orçamento teve um trabalho conjunto com as Juntas de Freguesia e a ver, por essa intervenção, parece que, pela primeira vez, vão votar favoravelmente o nosso orçamento. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer as questões colocadas. Relativamente ao senhor Deputado Sidónio Sansana, ele falou

das obras que estão no orçamento e que não estão definidas, que muitas não se fazem. Elas estão bem definidas, basta ver a execução que está para dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis, se vir no orçamento, isso está bem definido. Mas vai dar uma ajuda e vai elencar, realmente, algumas dessas obras que estão previstas e que são essas que se terá que fazer o esforço para concluir em dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis. Uma delas, a requalificação e ampliação da EB1 de Soza, tem projeto aprovado, é prioritária, portanto, vai ter início. Depois, a Escola Secundária, essa só tivemos financiamento, mas tem que lá estar, não há outra alternativa, gostava de ter onze milhões de euros de fundos disponíveis sem prejudicar o resto do funcionamento do Município, mas isso não é possível. A Requalificação e Ampliação do Centro de Saúde de Soza, também, execução em dois mil e vinte e cinco dois mil e vinte e seis, está a candidatura aprovada, uma obra de um investimento de setecentos mil euros. Já veio na altura aqui a esta Assembleia a rubrica que tinha a ver com a aprovação do projeto, que está adjudicado e está em fase final de execução para depois dar seguimento ao lançamento da empreitada. Portanto, esta também está como dois mil e vinte e cinco dois mil e vinte e seis. A Requalificação e Ampliação do Centro de Saúde de Ponte de Vagos, portanto, a mesma coisa, está-se a falar de um investimento de um milhão e meio de euros, a executar também em dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis. O projeto foi adjudicado em vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, e a empresa está a concluí-lo com a maior rapidez possível. Será para também dar início ao procedimento de contratualização no próximo ano e terá que estar encerrado em dois mil e vinte e seis, porque, como se sabe, são obras do PRR. A Requalificação do Posto de Saúde da Gafanha da Boa Hora, também para executar em dois mil e vinte e cinco, uma obra mais simples de executar, um investimento de cinquenta e dois mil euros. Entretanto, falou também da beneficência da Zona Industrial, da rotunda da Zona Industrial ao Parque Campismo, ou seja, é para fechar aquele eixo de ciclovias, é o que falta ali naquele local, está-se a falar de duzentos e cinquenta mil euros, e vai ser também lançada a concurso em dois mil e vinte e cinco. Esta obra está prevista em orçamento, portanto, essa também é considerada prioritária, pavimentação da rua, porque tudo o resto já está, e a ciclovia também já está, a iluminação pública já está, terá que fazer essa ligação. Depois, existe também a ligação da ZIV à A17 que está a decorrer, portanto, está detalhada esta execução em dois mil e vinte e cinco, dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e sete, é uma obra mais complexa e está a fazer-se tudo para começar mesmo a execução física no próximo ano, portanto, esta também é uma prioridade, já dita aqui por várias vezes. A Rua Padre Vicente Maria da Rocha, que já está em concurso, para executar em dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis, é uma obra, como já se referiu aqui várias vezes, em conjunto com a ADRA. A reparação de pavimentos dois mil e vinte e cinco estão já a ser executados, também já aqui se falou nisso, também irá ser lançado no próximo ano. Os pavimentos de dois mil e vinte e quatro, estão com 73% de execução, portanto, vai passar alguma coisa também para dois mil e vinte e cinco, irá também concluir-se esta reparação de pavimentos. Fica em falta, ainda, a zona da Lomba, Salgueiro e Vagos, portanto, são coisas que estão a acontecer, portanto, não são coisas que se vão tirar do outro lado. Uma outra coisa também importante, é o projeto de infraestruturas da nova

fase do Parque Empresarial, e, neste caso, não vai poder dizer que se vai conseguir ter execução em dois mil e vinte e cinco, porque já seriam muitas obras e seria muito complicado mas o projeto será elaborado e feito para depois se avançar com a outra parte no Parque Empresarial de Soza, isso ir-se-á fazer. Está aqui a rúbrica, e é um dos projetos que o senhor Presidente considera prioritário. O Município de Vagos tem apostado na captação de investimento, é isso que faz com que se consiga fazer estas obras, gostar-se-ia de fazer mais, porque é como tudo na vida. Esta parte do projeto, foi colocada, embora seja projeto, ele tem que ser executado e bem executado para depois permitir fazer obra. O que se espera, também para esta parte, que é o tal investimento reprodutivo, captação de investimento, é que haja realmente fundos comunitários. E o Palacete? O Palacete está a decorrer, pois ele tem execução este ano. Porque é que poderá estar alguma coisa ainda na rúbrica em 2026? Porque há pagamentos que ainda podem ser feitos no ano seguinte, portanto, por isso é que fica esta brecha, fica esta possibilidade no orçamento para não haver problemas, se alguma coisa for necessária em dois mil e vinte e seis. A obra do Palacete é para executar em dois mil e vinte e cinco, é o que está previsto, e é isso que está explanado no orçamento. Relativamente à ligação da Zona Industrial à A17, que o senhor Deputado Sidónio Sansana falou, é um daqueles investimentos que a Câmara Municipal terá de se endividar para o fazer, é uma necessidade. Agora, claro, se houver fundos comunitários, e é isso que se irá tentar fazer a todo custo, ficar-se-á com dinheiro para alocar a outras situações que se necessite, mas tudo irá ser feito para conseguir. Em relação à ciclovia ela não termina na A17, ela termina na Nacional 109, não se ia ligar a ciclovia à A17, nem se podia. Relativamente ao senhor Deputado Miguel Tarenta, que fez a questão das necessidades dos postos de trabalho, estes lugares são apenas uma previsão de futuras necessidades, não é obrigatório o seu preenchimento. Os serviços fazem as suas propostas, e tem que se acatar as propostas, mas claro, tem que se gerir a Câmara com os recursos mínimos possíveis. De facto, há necessidade de recursos humanos, e eles ficam aqui, também porque podem aparecer situações extraordinárias, que aparecem, e tem que se ter os locais alocados em vários sítios do organigrama, por isso é que o somatório dá depois cento e oitenta e sete lugares. Não podem ser colocá-los num único sítio do organigrama, porque é precisa uma pessoa num outro local, e depois não há esse lugar aberto, e já não se consegue contratualizar. Por isso é que dá este valor, e é a razão de estar aqui, portanto, não há aqui nenhuma questão, e não é obrigatório o seu preenchimento, ficam aqui, para uma possibilidade de contratação. Relativamente à situação da transferência de competências na EN 109, o senhor Presidente teve uma reunião com o senhor Ministro das infraestruturas, para falar deste assunto, portanto, está-se numa fase de negociação, a ver se realmente se consegue que, finalmente, a transferência de competências na EN 109 passe para o Município. Houve uma primeira reunião, irá agendar-se outra de seguida, e é objetivo do Executivo conseguir que a transferência passe para o Município, mas também com a verba alocada, ou seja, não se pode ficar com a EN109 e depois ter mais um problema, porque é preciso dinheiro para arranjar a estrada. A Câmara Municipal tem pressionado o IP para arranjar a EN 109, nomeadamente, na entrada de Vagos, que está a ficar com dificuldades, como todos sabem, quem vem da Ponte da Água Fria, na entrada de Vagos e na

subida. Nesse sentido, está a pressionar-se o IP para, pelo menos, tratar de arranjar esta obra. O senhor Presidente também já reuniu com a Diretora, mas independentemente disso, está a tratar de negociar com o Governo, a ver se consegue, finalmente, a transferência desta competência. Relativamente ao senhor Deputado Hugo Jorge, pediu permissão para passar a palavra à senhora Vereadora Susana Gravato. -----

----- **Vereadora Susana Gravato:** a senhora Vereadora Susana Gravato usou da palavra e relativamente aos lixos referiu que o tratamento poderia ser muito mais fácil e os custos muito mais reduzidos. O objetivo será, um dia conseguir-se, um custo igualitário àquilo que se faz, o custo de poluidor pagador. Contudo, as pessoas esquecem-se de separar, as pessoas esquecem-se de colocar os lixos no sítio certo, as pessoas esquecem-se de ter monos, verdes e bio resíduos, que é aquilo que, ultimamente, mais se tem falado. Se houver diminuição de tudo aquilo que se coloca nos indiferenciados, sem dúvida alguma, ir-se-á pagar muito, mas muito menos. E isto aplica-se não só à Câmara Municipal, mas a todos, porque a fatura é cada vez maior. -----

----- **Alexandre Marques:** o senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que antes da intervenção, gostava de fazer apenas dois reparos. Isto estava a ser muito bem conduzido, sensivelmente, entre o ponto três e o ponto sete, mas, sem se saber porquê, descarrilou no ponto oito, e espera-se que a celeridade volte no ponto nove. E o segundo reparo, para o Presidente da Câmara, é que nunca pensou ouvir expropriação e amigável na mesma frase. E não sei porquê, pareceu-lhe ouvir expropriações amigáveis quando falou do projeto da ZIV. O senhor Deputado espera que, nem que tenha que ser mesmo até à última, não sabendo se isso já está assim decidido, que tentem chegar a acordo com as pessoas em causa, se for possível. Uma pessoa que conhece queixou-se de alguma intransigência, não sabe se é esse o caso, mas manifestou aqui a sua preocupação. Em relação a este ponto, e a dúvida do senhor Deputado prende-se com intervenções em estradas, essencialmente. Um cidadão, que conhece, está muito preocupado lá em casa, e que o deputado Albano Gonçalves também conhece muito bem, pediu que fizesse a seguinte questão, por causa de se ter falado da intervenção na via entre a rotunda da entrada da ZIV, até depois à interação ao Parque Campismo, e também porque já se falou nisto em Assembleias Municipais anteriores. A questão é se vai haver, ou não, intervenção na ligação, desde a saída da ZIV pelo outro lado, que atravessa, porque há carrinhas de distribuidoras do Concelho de Vagos, que já lá tiveram graves problemas, e não está só a falar de amortecedores, está a falar de outros, mesmo despistes e tudo. Esta é a questão que quer deixar. E para responder ao senhor Deputado Nuno Moura, informou-o que o CDS não vai votar a favor deste orçamento, mas terá todo o gosto, se assim o entender, por uma questão de cortesia, de dar-lhe a aprovar um orçamento azul no final do próximo ano. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** o senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao senhor Deputado Alexandre Marques, fazendo um reparo ao seu reparo, referindo que os trabalhos, como o senhor Deputado o reconhece foram bem dirigidos porque os senhores deputados se deixaram bem dirigir, se tal não está a acontecer neste ponto é porque os senhores deputados alteraram a sua postura, mas tem esperança que a posição mude e que a celeridade

regresse.-----

----- **Miguel Tarenta:** o senhor Deputado Miguel Tarenta voltou a usar da palavra e referiu que quanto à questão da Estrada Nacional 109, folga em saber que a mesma está a ser tratada. Essa transferência de competências, obviamente, terá que vir acompanhada da devida verba, pois não se quer um encargo desmedido para o Município, isso está fora de questão. Agora, o que espera era que tivesse um breve desfecho, porque se os problemas da saúde seriam resolvidos em dois meses, talvez uma transferência de competências da Estrada Nacional 109 fosse resolvida numa semana ou duas. Mas compreende a intervenção que teve o deputado Nuno Moura, é esse o propósito do tempo que isto teve nas mãos do Governo Partido Socialista, do mesmo modo que também compreende a intervenção que aqui teve quanto à não participação de dois grupos municipais na reunião de preparação técnica do Orçamento Municipal. Agora, isso não impede de ver que aqueles mesmos partidos venham aqui sindicar a posição política vertida no Orçamento. Isso é certo. Mas compreende essas posições que o senhor Deputado tomou, e isso terá a ver com o facto de estar em terceiro lugar nas sondagens internas, fazendo fé na notícia que surge no jornal O Ponto, e queira tentar aqui ensaiar algumas intervenções presidenciais, e que aqui contam com o apoio da transmissão online, e, não, não está preocupado com a vida interna do PSD. -----

----- **Hugo Santos:** o senhor Deputado Hugo Santos voltou a usar da palavra e referiu que as questões que colocou ficaram por responder. -----

----- **Nuno Moura:** o senhor Deputado Nuno Moura voltou a usar da palavra e agradeceu muito o facto do senhor Deputado Miguel Tarenta lhe ter feito propaganda. Esse não é um facto escondido, e que se calhar tenha tido conhecimento só pela comunicação social. Já conhece o senhor Deputado Nuno Moura há alguns anos, e se calhar já há alguns anos tinha conhecimento que este dia iria chegar. Por outro lado, referiu que considera deselegante ter trazido isso para este fórum, porque as intervenções que faz aqui, desde o início do mandato, e quando ainda antes não se falava sequer em candidaturas autárquicas, foram precisamente as mesmas. E aproveitou esta resposta para dizer também ao senhor Deputado Alexandre Marques que pouco lhe importa a cor que o Orçamento tenha quando vier a esta Assembleia para ser aprovado. Aquilo que lhe importa é que o Orçamento reflita ações que tragam o bem para o Concelho de Vagos. E se isso acontecer, terá certamente o seu voto favorável, independentemente da cor partidária. O senhor Deputado entende que quem conhece as pessoas sabe a posição que costumam tomar, e normalmente são essas as posições que costuma tomar. No que diz respeito à condução da Assembleia, disse que mal era que esta Assembleia, neste ponto, não demorasse mais tempo. E estar a comparar um Orçamento Municipal com a discussão dos pontos anteriores parece-lhe que é no mínimo deselegante e não é sério para quem vê lá em casa. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** o senhor Presidente da câmara voltou a usar da palavra para responder às questões levantadas. Em relação à questão do senhor Deputado Alexandre Marques, a expropriação amigável é uma fase que está prevista no Código das Expropriações, que prevê que antes do recurso à fase litigiosa a expropriação seja amigável. É o cumprimento

estabelecido na lei, artigo 11 do Código das Expropriações. Relativamente à estrada Lomba-Vigia-Vergas, já aqui falou sobre isso, é aquela fase dos alcatroamentos que está por concluir. Essa via não vai ser alcatroada na totalidade, porque irá ser motivo de obras de saneamento. O que é que se prevê? Prevê-se uns arranjos mínimos para que a estrada fique digna, para que seja transitável mais algum tempo. Portanto, isto vai ser, segundo o empreiteiro, em janeiro, esta obra estará concluída, e contempla, realmente, Vigia-Vergas-Lomba. A estrada está, realmente, em mau estado em alguns pontos e precisa ser reparada e o empreiteiro irá concluir esse trabalho em janeiro. O saneamento estava previsto iniciar-se antes do da Gafanha da boa hora, mas devido à situação da ETAR, ou seja, da ampliação da ETAR de Ouca, a ADRA substituiu esse investimento e passou para a Boa Hora e terá que se aguardar. Agora a parte da Lomba, pensa-se que dois, três anos, antes disso não haverá possibilidade, porque agora a ADRA irá investir na parte Norte e na parte Sul da Gafanha da Boa Hora, e depois terá a parte de Calvão, Santo António, que falta também, e onde incluirá a parte da Lomba e dessa rua. Relativamente ao senhor Deputado Miguel Tarenta, relativamente à 109, não há mais nada a acrescentar, já disse aquilo que tinha a dizer. Em resposta ao senhor Deputado Hugo Santos, o Posto de Saúde de Ouca, sim, está contemplado, portanto, há verba no orçamento, e brevemente falar-se-á sobre esse assunto, e como é óbvio, terá de também se dar algum tratamento e melhorar o que se puder. A Rota dos Moinhos, o senhor presidente propõe o agendamento de uma reunião para ver o que se consegue. É importante esta questão dos moinhos, porque o Concelho por acaso, tem um bom património que tem de ser aproveitado, e os moinhos é um deles. A Rota dos Moinhos é uma boa Rota, e, por isso, no início irá agendar uma reunião com a Sra. Vereadora Sara para ver se é possível resolver este problema da roda da azenha. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com sete votos contra, quatro do grupo municipal do CDS, dois do grupo municipal do PS e um do grupo municipal do CHEGA, e uma abstenção, do grupo municipal do CDS, aprovar o Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal para 2025. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto nove da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO NOVE: REGULAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VAGOS – APROVAÇÃO;** -----

-----Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 05/12/2024, que, para efeitos do disposto na alínea g), do nº1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, propor à Assembleia Municipal a aprovação do Regulamento de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública de Vagos, documento que vem acompanhado da respetiva Nota Justificativa, em cumprimento do disposto no artigo 99º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal**: o senhor Presidente pediu permissão para ser a senhora Vereadora Susana Gravato a fazer a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos. -----

----- **Vereadora Susana Gravato**: a senhora Vereadora Susana Gravato fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal. No final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento. -----

----- **Sidónio Sansana**: o senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que este regulamento, ainda para mais com as alterações agora introduzidas, tem demasiadas regras e penalidades e não tem assim tantas soluções para os problemas. Ele pessoalmente, em matéria de questões que têm uma lógica ambiental, como é o caso, sempre defendeu que se devia estimular os cidadãos a implementar as regras, nem que fosse pagando por isso, como se faz em alguns países por essa Europa fora, e citou a Europa porque é um dos exemplos que conhece, e não tanto pela lógica das penalidades e do *Big Brother*, que contrariamente àquilo que às vezes é acusado, não defende muito esse tipo de práticas. Entretanto, referiu dois ou três exemplos daquilo a que se quer referir. Obrigam-se utilizadores a depositar lixos comuns no interior de contentores, mas não se garantem soluções para os contentores cheios que muitas vezes abundam, e testemunha isso no local onde resido. Fala-se no ecocentro municipal, criam-se regras desde já, mas não se sabe quando vamos ter um ecocentro com todas estas valências que são previstas. E terminou, para exemplificar, com aquilo que considera uma pérola do regulamento e considera um bocado *kafkiano*. Está lá escrito, constitui contraordenação punível com coima mínima de trezentos e cinquenta euros para privados, o espalhamento e acumulação de terras nas vias e espaços públicos por falta de limpeza dos pneumáticos das viaturas. Só falta mesmo criar uma polícia municipal dos resíduos. -----

----- **Vereadora Susana Gravato**: a senhora Vereadora Susana Gravato usou da palavra para responder ao senhor Deputado Sidónio Sansana e referiu que a Câmara Municipal tem vários programas em que se pede e solicita à população para os seguir, nomeadamente bio resíduos, as separações, os monos, os verdes, os têxteis, e isso é coisa que poucos fazem, infelizmente. Existem várias ações de sensibilização que estão a decorrer e se o senhor Deputado quiser falar sobre elas, a senhora Vereadora terá todo o gosto em recebê-lo na Câmara Municipal para falar sobre o assunto. A senhora Vereadora sugeriu, se puder fazer, de falar com as pessoas, com quem convive no dia-a-dia, e passar a palavra, isso seria uma mais-valia. Contudo, as pessoas nem sempre vão pela lei da sensibilização como se chega à conclusão. Por isso, este regulamento vai um pouco mais além na penalização, é verdade. Tem coimas mais duras, e porquê? Porque ao longo deste tempo veio a perceber-se que as contraordenações eram tão leves que não valia a pena serem aplicadas, porque era vinte e cinco euros a mínima, no regulamento que está em vigor, e a máxima cento e cinquenta euros. Assim sendo, era sempre algo que as pessoas controlavam e, portanto, não lhes pesava. E quando não pesa, todos sabem bem o que é que acontece na sociedade. O que é que se quer? É que as pessoas deixem de o fazer, obviamente. Relativamente ao ecocentro, está previsto, no orçamento, fazê-lo este em dois mil e vinte e seis, por isso é que o regulamento já o contempla. Contudo, nos armazéns municipais já existem espaços dedicados aos

vários tipos de resíduos. Não se chama um ecocentro, porque não é propriamente um ecocentro, mas tem as divisões para todos os resíduos. Querendo, podem passar por lá e ver com os próprios olhos. No que diz respeito à coima, trezentos e cinquenta euros, tem a ver com os camiões, ou seja, são imensos os camiões que passam nas localidades do Concelho e que infelizmente, ou felizmente, se consegue identificar, mas depois não havia coima prevista, assim como com os pneumáticos, como falou o senhor Deputado. A Autarquia, com estas coimas, consegue, também, muitas vezes identificar quando eles passam em sítios que não deviam passar, e por isso mesmo esta coima é elevada. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com uma abstenção do grupo municipal do CHEGA, aprovar o Regulamento de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública de Vagos.

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dez da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DEZ: LIGAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS À A17 – PISTA CICLÁVEL ZONA SUL – ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS – A17 – APROVAÇÃO DE INVESTIMENTO;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 05/12/2024, que, para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, solicita à Assembleia Municipal a discussão da Autorização Prévia do Empréstimo para aplicação no investimento - Ligação da Zona Industrial de Vagos à A17 – Pista ciclável Zona Sul – Zona Industrial de Vagos – A17. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** o senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal. No entanto, quis fazer um esclarecimento que tem a ver com o ponto que já aqui foi discutido, que é a ligação de Vagos à A17, rotunda, e quis ler para ficar claro, que é um ponto que pode ter aqui alguma dúvida. *“Investimentos objeto de financiamento por empréstimos de médio e longo prazo que ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento são submetidas à discussão e à autorização prévia da Assembleia Municipal. É necessária esta autorização para darmos início ao procedimento para a realização da obra. Uma nota aqui importante, não é a aprovação do empréstimo que está aqui em questão, é a aprovação do investimento. O empréstimo virá a esta Assembleia para aprovação no futuro.”* Portanto, quis só deixar esta nota, porque sem isto não se conseguirá dar início a todo o procedimento que se irá desenvolver. -----

----- **Sidónio Sansana:** o senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que realmente acha importante reforçar este esclarecimento, até para quem está lá em casa, de que efetivamente mais tarde vai ter de haver aqui uma discussão séria, e é este o seu conceito de seriedade em política, para, no caso de ter que se pedir três, quatro ou cinco milhões de euros de financiamento à banca para este projeto, e que esse financiamento não comprometa a sustentabilidade financeira do Município por décadas. Portanto, isso é uma discussão que vai ter

que ser tida futuramente e não está agora em causa. O senhor Deputado só queria, para já, esclarecer duas coisas. Uma delas já está mais ou menos implícita, faz parte das competências da Assembleia Municipal, da Lei nº 75 de 2013, da Lei nº 73 de 2013, mais tarde devemos ter essa discussão. A outra, há um ponto complementar que também gostava de saber, ése jáhá uma definição clara, neste momento, em termos técnicos. Uma vez que o projeto é compartilhado por fundos comunitários, o valor deste empréstimo conta ou não conta para o cálculo do limite da dívida total do Município conforme o ponto 5 do artigo 52 da Lei nº 73 de 2013? Questionou. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** o senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer as questões levantadas pelo senhor Deputado Sidónio Sansana. Sim, este valor conta para o endividamento da Câmara Municipal. Era esta a questão e isto é um procedimento que tem que dar início. A Câmara Municipal, com certeza, só irá fazer se tiver a capacidade de endividamento, como é óbvio, nem pode comprometer as contas do Município, e tudo se fará, isso não vai acontecer. -----

----- **Nuno Moura:** o senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e, pelo que entendeu, o que se está aqui a discutir hoje é a autorização do investimento, porque o investimento é superior a 10% e, portanto, é isso que aqui se vai votar. De qualquer forma, o Grupo Municipal do PSD queria deixar claro que entende que esta é uma obra essencial para o Concelho de Vagos e, portanto, surpreendem algum tipo de intervenções que aqui se vão ouvindo. Por exemplo, não consegue perceber, pede imensa desculpa, se calhar também não tem que perceber, o que é que o CHEGA pensa sobre isto? Os senhores querem ou não querem a obra? Questionou. É verdade que ninguém quer comprometer, nem ninguém vai comprometer a estabilidade do Município. Por um lado, vem aqui dizer que se aumenta a dívida, por outro lado, vem aqui dizer que há a limitação de endividamento e que não se faz obra. Quando se está a propor fazer obra, vem aqui com todos os problemas, e o senhor Deputado Nuno Moura gostava de perceber qual é a ideia do senhor Deputado Sidónio Sansana. -----

----- **Sidónio Sansana:** o senhor Deputado Sidónio Sansana voltou a usar da palavra e referiu que já disse aqui, hoje, que a obra é fundamental. Agora, tem que ser feita e têm de se criar as condições para o fazer sem ultrapassar o limite da dívida. Agora, pergunta ao Deputado Nuno Moura, se quer ultrapassar o limite legal da dívida com todas as consequências que isso tem. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, conceder autorização prévia à Câmara Municipal para dar início ao processo de contratação do empréstimo de médio/longo prazo, destinado ao investimento Ligação da Zona Industrial de Vagos à A17 – Pista clicável Zona Sul – Zona Industrial de Vagos – A17. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto onze da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO ONZE: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS – LISTA DE ADJUDICAÇÃO NO ANO 2024.** -----

-----Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 05/12/2024, que, para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, solicita à Assembleia Municipal a discussão da Autorização Prévia do Empréstimo para aplicação no investimento - Ligação da Zona Industrial de Vagos à A17 – Pista clicável Zona Sul – Zona Industrial de Vagos – A17. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto doze da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOZE: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – APROVAÇÃO. –**

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 5 de dezembro de 2024, que remete à Assembleia Municipal a proposta apresentada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2 de dezembro de 2024, sobre a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com oito abstenções, seis do grupo municipal do CDS e duas do grupo municipal do PS, aprovar a referida proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e uma horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, e por quem a lavrou. -----

----- **O Presidente,** _____

-----**O(A) Secretário(a),** _____